

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO
III SEMINÁRIO DE PESQUISA DA FESPSP

Do PFL ao Democratas: dos grandes personagens políticos ao esvaziamento partidário nos anos 2000

¹Pesquisadora: Deysi Cioccarì

²Orientadora: Vera Chaia

Resumo: O trabalho tem por objetivo tomar o Partido da Frente Liberal (PFL) e seu sucessor Democratas (DEM) como expoentes das características mais marcantes do sistema partidário nacional e do regime político que emergiu na nova ordem constitucional, iniciada em 1988. Para tal, utilizamos material teórico nacional e internacional, como Ângelo Panebianco, Maria D'Alva Kinzo e Maurice Duverger e condensamos reportagens e entrevistas que nos ajudaram a esclarecer acontecimentos históricos ligados a esses partidos políticos. Este trabalho busca explicar os motivos para o declínio do DEM através de análise de sua história e de seu desempenho eleitoral. O trabalho parte do pressuposto que a passagem para a oposição desencadeou o enfraquecimento do PFL bem como a formação do partido com objetivo de ocupação de cargos em governos causando a erosão da legenda quando esta se viu sem acesso direto a esses cargos. O enfraquecimento progressivo do DEM torna-se uma consequência desse somatório.

Palavras-chave: Partidos Políticos; PFL; Democratas; Estado; Lideranças Políticas.

1. Introdução

O lançamento oficial do PFL, como partido político, ocorreu em janeiro de 1985. Vale ressaltar a importância da elite nordestina na formação e desenvolvimento da sigla, que até hoje é apontado como um de seus traços definidores (KINZO, 1993; MAINWARING et al., 1999). Já em sua fundação, o PFL contou com a adesão de sete governadores nordestinos: Gonzaga Mota (CE), Divaldo Suruagy (AL), Hugo Napoleão (PI), Luís Rocha (MA), Agripino Maia (RN), João Alves (SE) e Roberto Magalhães (PE) oriundos do PDS. O partido então,

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela PUC/SP. E-mail: deysicioccarì@gmail.com

² Orientadora. E-mail: vmchaia@puscp.br

organizou-se para uma competição pelo poder central, ou seja, organizando-se em plano nacional, e não regional.

Duverger (1987, p.20) afirma que “os partidos experimentam profundamente a influência de suas origens”. Para Panebianco (1988) alguns partidos políticos se estruturam e se desenvolvem por penetração territorial, ou seja, existe um centro, elites nacionais que estimulam e controlam a posterior expansão e organização. Tal processo de desenvolvimento implica na existência de um núcleo de líderes nacionais que vai se constituir em sua primeira coalizão dominante, envolvendo uma certa coesão desse núcleo central. De acordo com Panebianco, são esses membros desse núcleo central de líderes que posteriormente criarão condições para que a agremiação seja implantada nacionalmente.

A preocupação com a expansão do partido por parte dos líderes mostrava-se constante. Marco Maciel, senador em 1987, afirmou: “Precisamos ocupar espaços políticos em todos os municípios brasileiros. Caso contrário, perdemos espaços eletivos para partidos concorrentes”. A preocupação tem sentido uma vez que, nas eleições de 1986 o PFL elegeu somente o governador de Sergipe. Obteve 25 prefeituras tendo um desempenho superior ao do próprio PDS, que elegeu 22 prefeitos.

Em 1988 o PFL elegeu os prefeitos em 24,6% dos 4.293 municípios e conquistou 4 capitais Maceió (AL), João Pessoa (PB), Recife (PE) e Cuiabá (MT). Seu desempenho só foi superado pelo PMDB, que venceu em 37,3% dos municípios mas empatou no nº de capitais: 4. O partido que ficou em terceiro lugar - o PDS - elegeu menos da metade do número de prefeitos do PFL, ficando com 10,4%. Apesar destes números sugerirem uma considerável expansão do partido no nível nacional, praticamente a metade das vitórias, 49,6%, ficaram ainda em municípios do Nordeste, de onde também são três das quatro capitais conquistadas.

Em 1990 o partido elegeu nove governadores, no entanto, recuou para dois em 1994. Elegeu governadores no Amapá, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Sergipe, Maranhão, Mato Grosso e Santa Catarina. “Não fosse por Santa Catarina, era um partido praticamente excluído do poderoso Centro-Sul”. (CATANHÊDE, 2001, p. 45) Depois do desastre Collor e já em governo Itamar Franco, os governadores eleitos foram Roseana Sarney, no Maranhão e Paulo Souto, na Bahia, que como a história registra, tiveram uma longa história de poder.

Gabriela Tarouco (2002) mostra que a força do partido, no entanto, não se dá em nível estadual, mas sim, federal.

O número de governadores eleitos não é muito expressivo - com exceção das eleições de 1990 - nem a evolução do desempenho eleitoral apresenta qualquer regularidade. Entretanto a análise das eleições estaduais tem interesse para mostrar, por contraste com as eleições para o Congresso, que o candidatos do PFL aos executivos estaduais não contam com o eleitorado dos estados que elege seus

candidatos ao parlamento. (p.46)

Como mencionado anteriormente, chama a atenção a predominância da Região Nordeste: em todas as quatro eleições o PFL elegeu governadores no Nordeste. Mesmo em 1986, quando o PFL elegeu apenas um governador, foi para um estado da Região Nordeste. Em contrapartida, na Região Sudeste onde predominaram governadores do PMDB e do PSDB, o PFL nunca elegeu nenhum governador.

2. O liberalismo

O PFL carregava o estigma de representar os interesses da elite brasileira, convergindo com um liberalismo conservador. O Democratas (DEM) mantém o discurso da preservação das liberdades com afinidades à luta pela justiça social. Na carta de abertura do estatuto do partido DEM, assinado pelo Senador Agripino Maia, está escrito: “Defendemos um liberalismo moderno, voltado para a produção, o emprego e o bem-estar social”.

Antes mesmo de falarmos do esvaziamento político ocorrido no DEM é imperioso sublinharmos fundamentos teóricos essenciais ao tema proposto, sem os quais, não podemos entender o processo de esvaziamento de lideranças ao qual o partido foi submetido.

Falar no DEM é falar em liberalismo e devemos mencionar John Locke, contratualista, que sustentava que o que há de mais importante na política são os direitos do indivíduo e não a ordem e a segurança do Estado. Sua obra sempre destacou o direito à propriedade que resulta da força do trabalho do indivíduo. O autor afirma também que o homem no estado de natureza está regulado pela razão, mas que a “ausência de um juiz comum dotado de autoridade coloca todos os homens em estado de natureza”.

Pois, dois aspectos que prenunciam John Locke como precursor do liberalismo são o direito à propriedade privada e a existência de um Estado. Seu pensamento alinha-se às ideologias dos partidos contemporâneos, uma vez que a defesa da acumulação de bens e do dever do Estado em sua proteção são características fundamentais em sua teoria.

Stuart Mill, por sua vez, deixa de lado o ranço conservador e defende, dentre outros aspectos, o voto das mulheres. Afirma: “o bom governo será aquele capaz de garantir o maior volume de felicidade líquida para o maior número de cidadãos. Para cada ação ou questão política é sempre possível aplicar esse raciocínio para avaliar a utilidade de seus resultados”.

Em 1995, Otavio Frias Filho, tinha uma previsão bem mais otimista sobre o PFL, afirmando que este certamente teria um futuro favorável. Em 1999, Gabriela da Silva Tarouco finalizou sua dissertação de mestrado em Ciência Política, cujo tema foi o PFL, com a seguinte afirmação:

“enfim, é possível afirmar que o PFL tem obtido êxito nas suas metas de fortalecimento, no desafio de transformar-se em um partido nacional, no propósito de ocupar um lugar próprio no cenário político brasileiro e na reunião de recursos para a viabilização de projetos mais ambiciosos para o futuro do partido, como, por exemplo, o lançamento de uma candidatura própria para a Presidência da República nas próximas eleições” (Tarouco, 1999, pg. 103). Maria D`Alva Kinzo, num artigo publicado em 16/06/2001, também na Folha de S. Paulo, menciona o ainda poder do PFL, afirmando que seus parlamentares resistiram aos entraves da política, tornando-se a segunda força eleitoral do país, atrás somente do PMDB. Hoje, dezenove anos depois, o que mais se ouve em relação ao partido são possibilidades de fusões³ e até mesmo de seu desaparecimento.

3. Partidos catch-all e cartel

A literatura em geral aponta o declínio dos partidos a partir do relativo esvaziamento das suas relações com as bases, e daí conclui pelo declínio dos partidos políticos em geral. O PFL, no entanto, apresenta um perfil que contraria esta tendência: apesar de ter surgido como um partido do tipo que Duverger chamaria de "partido de quadros". O PFL se desenvolveu a partir de recursos obtidos das suas relações muito próximas com o Estado.

No modelo sustentado por Peter Mair, e que parece ser o que mais se adequa ao PFL, os partidos políticos surgem por outras vias de desenvolvimento, que não a ampliação das suas bases e a correspondência estreita com elas. Esse modelo identifica nas organizações partidárias, além da base, outras duas "faces" -o partido no governo e o partido centralizado internamente - cujo crescimento estaria sendo responsável pelo desenvolvimento partidário a partir do esgotamento das vias tradicionais de crescimento através das bases. Tarouco (2012, 17) afirma que a estreita relação do PFL com o Estado envolve um encadeamento circular entre as várias frentes de atuação do partido- o desempenho eleitoral garante a relevância no parlamento, onde a sua forma de atuação leva à participação no governo, que por sua vez gera dividendos eleitorais.

Scott Mainwaring, cientista político americano, dedicou-se ao estudo da instabilidade dos sistemas partidários nos países chamados de terceira onda de democratização. Seu tema de estudo foi o Brasil. Para o autor, o sistema eleitoral brasileiro em si contribui para minar a construção de partidos políticos mais efetivos. A legislação eleitoral brasileira contribui para o individualismo partidário e o enfraquecimento do partido como um todo. 'O Brasil pode ser um caso único de subdesenvolvimento partidário no mundo (..) Os partidos brasileiros, no longo

³ Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/pais/para-nao-desaparecer-dem-ja-admite-fusao-4650493>> Acesso em: 03.abr. 14

prazo, dificilmente seriam capazes de servir de suporte para a democracia' (pp. 354 e 391)

Mais exatamente, a "lei" de que a alta fragmentação cria coalizões instáveis que levam, por sua vez, a governos ineficientes e, em sua esteira, à democracia imobilista, não-funcional, é ao mesmo tempo frágil e pouco convincente. Em si, por si, a fragmentação partidária simplesmente "causa" governos de coalizão; não há nada inerentemente disfuncional nisso. (...) Mais uma vez, portanto, o fator decisivo é a polarização, a distância ou a não distância ideológica, entre os co-governantes. (Sartori, 1982: 396).

Mainwaring e Scully insistem sobre o elevado coeficiente de indisciplina partidária de nossos partidos. Apenas os de esquerda se salvariam. Os níveis de lealdade absoluta (dos constituintes em relação aos seus partidos) demonstram o mesmo padrão geral: partidos de esquerda altamente disciplinados e partidos *catch-all* pouco disciplinados e o PDT na posição intermediária' (Mainwaring & Liñan, 1998, p.120)

Apesar de existirem indicadores positivos quanto à estruturação do sistema partidário brasileiro, como sua institucionalização (Braga, 2010) e queda na volatilidade eleitoral (Marengo, 2009) são vários os indicativos de que as organizações partidárias brasileiras não possibilitam que os eleitores se sintam representados (Paiva, Batista, Stabile, 2008).

O surgimento dos partidos políticos brasileiros é indissociável de sua relação com o Estado. A formação destas organizações ocorreu "de cima para baixo" na maioria das vezes (Mainwaring, 2001). No período da redemocratização, somente o PT obedece a uma lógica diferente e é mencionado como partido nascido externamente. Conforme afirmação de Kinzo (1993) o PT foi criado a partir do movimento sindical independente, de setores progressistas da igreja católica, de grande parte da esquerda intelectual e do movimento estudantil e resguardava características de organização de massa. Os principais partidos conservadores no Brasil (DEM, PP, PTB, PR) praticamente não obtiveram nenhuma penetração social mais enraizada.

Kinzo segue a mesma linha e afirma que "aqui ainda não assistimos à emergência de um sistema partidário de perfil definido e duradouro. O presente quadro partidário caracteriza-se por sua mutabilidade, fragilidade e fragmentação". (1993, p.95) Esse mesmo sistema partidário que favorece o individualismo, favorece o surgimento de líderes políticos isolados dentro dos partidos incitando ao que Ângelo Panebianco chama de "processo de estatização dos partidos", no qual há uma preocupação quase exclusiva com a competição eleitoral e com a sobrevivência dos personagens políticos.

Na nossa avaliação, o PFL encaixa-se na linha dos partidos *catch-all*, onde, Kircheimer aponta cinco pontos que, segundo ele, caracterizam um partido assim definido: redução do peso ideológico no partido; o fortalecimento da elite partidária; redução do papel do militante; diminuição da importância de um eleitorado fiel e garantia de acesso ao partido dos mais

diversos grupos de interesse.

Porém, no Brasil de hoje, partidos políticos são privilegiados, ou melhor, se privilegiam com normas que lhes garantem acesso às plataformas de comunicação e financiamento. As eleições se tornam um serviço prestado pelo Estado à população, em que a última garante estabilidade social, ao invés de mudança social.

Como colocam Katz e Mair, é necessário manter uma aceitação deste padrão de competição onde as eleições se tornam um ritual que a sociedade pode dar um feedback a seus governantes. Como nos cartéis comerciais saem privilegiados aqueles membros do cartel, na arena política não poderia ser diferente. O efeito criado é a manutenção de um padrão de competição indefinidamente, conservando a posição dos principais partidos e dificultando a entrada de novos atores políticos.

Esta perspectiva proposta pelos autores foca a análise sobre dois pontos relativos ao sistema partidário. Por um lado, existiria o conluio entre partidos dentro de um mesmo sistema, uma cartelização das organizações atuando de maneira a aproveitar uma situação oligopolística. Por outro lado, haveria um processo verticalizante interno às organizações partidárias, onde tendências oligárquicas se fariam presentes dentro das estruturas burocráticas partidárias. Em artigo de 1996, Katz e Mair já concordam que o desenvolvimento de partidos-cartéis seria uma resposta a uma variedade de processos que estariam ocorrendo a algum tempo nas democracias ocidentais. A natureza do partido catch-all não é apenas a redução da bagagem ideológica ou a centralização da estrutura partidária, é uma mudança na relação entre as facetas do partido, que transforma a do eleitorado numa que busca uma aprovação popular tácita, a fim de manter sua relação com o Estado. Isso posto, poderíamos afirmar, que o DEM, sucessor do PFL, não deixou para trás características dos partidos catch-all. Ele somou a isso, características de um partido cartel, que de acordo com Katz e Mair o desenvolvimento desse tipo de partido seria uma resposta a uma variedade de processos que estariam ocorrendo a algum tempo nas democracias ocidentais. Poderíamos procurar uma nova denominação ou apenas afirmar que hoje, o DEM, é um partido com características claramente catch-all e cartel.

4. O fisiologismo

Rachel Meneguello (1998) mostra um quadro interessante sobre o tempo de permanência dos partidos ocupando cargos em ministérios, entre os anos de 1985 e 2002 (governos Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso I e II).

OCUPAÇÃO PARTIDÁRIA DE MINISTÉRIOS EM ANOS

Partido	Tempo no Governo	%	Governos
PFL	17,5 anos	97	S, C, I, FHC I e II
PMDB	15 anos	83	S, I, FHC I e II
PSDB	11 anos	61	I, FHC I e II
PPB	10 anos	55	C, I, FHC I e II
PTB	07 anos	38	C, I, FHC I e II

Fonte: Meneguello, 1998; Página oficial da Presidência da República na Internet.

Fig 1: Fonte: Meneguello, 1998

Esse tempo de permanência indica a clara capacidade do PFL de influenciar governos e seu status para tal. “É preciso disciplina parlamentar, e um grau de lealdade ao governo mesmo quando isso implica em arcar com custos políticos eleitorais.”(CATANHÊDE, 2001, p.92)

Em entrevista à Eliane Catanhêde (2001, p. 88-89), Jorge Bornhausen afirmou que o PFL não surgiu de um manifesto liberal e que não foram intelectuais, empresários ou velhas raposas liberais que fundaram o partido. “Fomos nós, os parlamentares, que o criamos para permitir a transição democrática que todo país queria e precisava”. Afirma que, com a morte de Tancredo Neves e ascensão de José Sarney ocorreu uma “corrida” para o PFL, que inchou e acabou sofrendo com o fisiologismo, o que, segundo ele, foi revertido com o tempo através de um “claro posicionamento ideológico” (p.89)

O PFL, no entanto, até a chegada do PT ao poder em 2003, sempre conseguiu operar dentro de todos os campos políticos aos mesmo tempo em que manobrava, com competência, todos os recursos políticos típicos da lógica patrimonialista brasileira, sendo basicamente a ocupação de cargos na máquina do Estado e apropriação de recursos públicos com fins eleitorais. Sartori (1992) explica essa solidificação do PFL com elementos do poder apontando que o sistema de partidos e o surgimento de um partido moderno são resultados adjacentes à ampliação do sufrágio, à ocorrência sistemática de eleições e ao surgimento do que ele chama de “governos sensíveis”. Os partidos se institucionalizam na medida em que se tornam necessários tanto para produzir resultados eleitorais quanto para operarem a comunicação das preferências populares dos governos. A capacidade do partido sobreviver preservando capital eleitoral é um indicador de sua saliência eleitoral.

Tarouco (2002, p.88) lembra que o PFL esteve presente durante todo o governo Sarney. Na equipe ministerial montada por Tancredo Neves em março de 1985, o PFL tinha 3 dos 9 ministérios da área econômica, 2 dos 7 ministérios da área social e 2 dos 4 ministérios da área

política. 113 Esta equipe foi mantida até a reforma de fevereiro de 1986, quando o PMDB ganhou o ministério da Fazenda. E, faz um apontamento importante:

A primeira eleição direta para a Presidência da República desde 1964 foi a que elegeu Fernando Collor em segundo turno, com o apoio do PFL. Na sua primeira fase, o governo Collor manteve-se desvinculado dos partidos políticos, montando seu ministério quase que apenas com indicações técnicas e apartidárias. Dos nove ministérios, apenas 4 tinham alguma vinculação partidária: o PFL estava contemplado com 3 pastas (todas da área social) e o PDS com 1 (Min da Justiça). (TAROUCO, 2002, p.88)

Em 1994 o PFL participou da aliança com o PSDB e o PTB que elegeu Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República, conquistando a vice-presidência para o seu candidato Marco Maciel. Mas, Bornhausen (CATANHÊDE, 2002, p.89) afirma que o que garantiu a união com Fernando Henrique Cardoso foi o forte posicionamento ideológico do partido “com um programa de modernidade que nós já defendíamos desde a Constituinte e que fomos decisivos para implementar no Congresso já no governo FHC”. No período Fernando Henrique Cardoso o PFL ficou com 3 dos 18 ministérios: das Minas e Energia, o de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e o da Previdência Social. Até FHC o PFL participou de todos os governos, tendo seu auge no início do primeiro mandato do tucano. A força do Plano Real produziu a quebra constitucional de monopólios nos setores de energia, petróleo, telecomunicações e gás canalizado. Os pefelistas então, tiveram um grande destaque nas votações seguintes, as “Votações de Reformas do Estado”.

Numa dessas votações, a da Reforma da Previdência, o PFL foi o partido com a maior proporção de votos favoráveis ao governo, em todas as votações, superando o próprio partido do Presidente da República e as médias da coalizão de partidos que fazem parte do ministério como um todo. Isto evidencia uma notável disciplina no PFL, orientada para o apoio ao governo e interessada nos recursos daí provenientes.” (TAROUCO, 2002,p. 92)

Tarouco analisou o comportamento do PFL durante o período 89-94 e constatou que é exemplar a convergência entre partidos vizinhos no espectro ideológico: em 68,8% dos casos, encaminhou voto de maneira similar ao PDS, perdendo apenas para a concordância entre os partidos do extremo esquerdo, PT e PDT, que ocorreu em 71,5% dos casos.

5. O DEM

Antes da refundação do partido, em 2007, um fato importante ocorre na sigla. Em 2002 o PFL rompe sua aliança com o PSDB e não consegue lançar um candidato às disputas presidenciais. Como bem explica Mayer (2008, p.8) “essa nova realidade expõe as fraquezas organizacionais da legenda. Estruturalmente o PFL/DEM optou por construir uma organização

com baixo grau de complexidade centrada em suas lideranças regionais, estas, por sua vez dominam os partidos em suas localidades causando dificuldades para a renovação dos seus quadros”. O partido também depende de seus membros para financiar as campanhas eleitorais e dos subsídios estatais para a manutenção de suas atividades. Não é exagero considerar o DEM um misto de partido de quadros no sentido de Duverger (1970) de um partido com frágil inserção social e dependente de seus membros “ilustres” para sobreviver com o partido cartel de Katz & Mair (1997, 2009) ao também depender das subvenções estatais.

Na primeira eleição que o então PFL enfrenta como partido de oposição, depois da chegada do ex-presidente Lula (PT) ao poder, o partido elege 43 deputados, obtendo o pior desempenho de sua história. De acordo com informações do jornal Folha de S. Paulo⁴, em 10 de julho de 2006, a sigla trabalhava com a ideia de eleger 90 deputados federais. No ano seguinte, com a refundação, o DEM então abordava uma nova ressignificação partindo da renovação de quadros no cenário nacional.

De acordo com Marco Maciel na ocasião, o novo partido teria duas plataformas principais - direitos humanos e meio ambiente - e trabalharia com cinco "bandeiras prioritárias": emprego, segurança, educação, saúde e habitação. O senador informou que o novo estatuto serviria para que a legenda pudesse responder às demandas do século 21". A nova estrutura de acordo com Maciel, instituiria um conselho político composto por "notáveis do partido", que teria entre suas tarefas a indicação do candidato do DEM para a Presidência da República.

O objetivo da “refundação” e da troca de nome foi reposicionar a legenda no mercado político brasileiro e, principalmente, dar-lhe nova identidade frente ao eleitor. No documento que sintetizou os princípios do nascente DEM, todo esse processo teve como motivação fundamental transformar a imagem do partido perante o eleitorado. Amenizar os vínculos históricos do partido com o regime militar também seria um dos motivos para a refundação.

⁴ Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1007200605.htm>> Acesso em: 06.05.2014

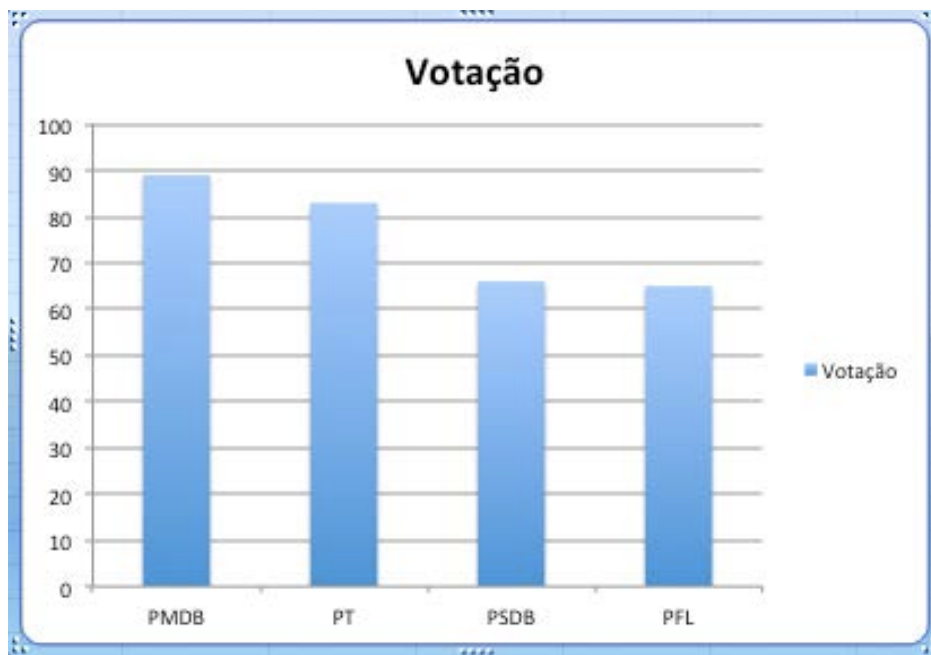


Fig 2 : Elaboração do autor com base no site Câmara dos Deputados

Ricardo Luiz Mendes Ribeiro, em artigo de 2012, afirma que Bornhausen vislumbrou que a mudança de nome deveria ser feita de maneira concomitante à ascensão de novos nomes na burocracia partidária. Seria uma forma de distanciar o PFL de seu passado relacionado ao período militar. “O comando do partido foi às mãos de um punhado de jovens deputados, alguns deles sequer nascidos da época do regime militar e que teriam então uma maior sintonia com esse novo invólucro, digamos assim, da legenda. O presidente Rodrigo Maia, por exemplo, é um garoto filho de um exilado político”. (RIBEIRO, 2012, p. 5)

No entanto, Antônio Carlos Magalhães⁵ afirmava que a discussão a respeito da troca do nome do partido não era importante. Para ele, o importante para o partido não era mudar de estatuto, de sigla ou arrumar um símbolo – cogitava-se à época que o PFL poderia adotar o canário da terra como símbolo – “é arranjar votos e ganhar eleições. Nosso problema não é nada disso. É que o partido sempre foi mais forte no Nordeste do que no Sul e no Sudeste. Mas está perdendo substância, ou seja, votos, em Pernambuco, no Ceará, no Piauí e agora no Maranhão”, concluiu. E, Jairo Nicolau (2010) mostra que ACM não estava tão enganado.

⁵ Disponível em: <UOL News/ 16.01.2005> Acesso em: 4.abr. 2014

**Tabela 1 - Deputados federais eleitos pelo PFL-DEM por região
(% do total de cadeiras)**

	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Deputados Estaduais							
Norte	15,9	9,2	13,5	16,2	9,2	8,1	5,9
Nordeste	38,4	27,9	26,1	20,8	17,9	14,4	7,3
Sudeste	17,2	10,3	6,6	12,9	7,0	10,0	6,6
Sul	12,8	10,1	8,7	16,2	10,7	10,1	9,4
Centro Oeste	20,2	12,4	13,3	9,7	8,0	10,6	6,2
Brasil	24,2	16,0	15,1	16,2	11,5	11,1	7,1
Deputados Federais							
Norte	28,6	12,3	12,3	26,2	16,9	13,8	9,2
Nordeste	39,1	32,5	33,8	31,1	29,1	17,9	9,9
Sudeste	14,8	7,1	9,5	14,5	10,1	8,9	6,1
Sul	13,0	10,4	13,0	13,0	6,5	13,0	7,8
Centro Oeste	24,4	14,6	7,3	12,2	14,6	7,3	12,2
Brasil	24,2	16,5	17,3	20,5	16,4	12,7	8,4

Fonte: Nicolau (2010) e TSE

Fig 3: Nicolau e TSE

O encolhimento do partido foi considerável no Nordeste do país. Quando a comparação parte de 2010 a 1986, a participação do partido no total de deputados federais eleitos na região caiu 29,2 pontos percentuais. Se a base de comparação é 1998, a queda foi menor (21,2 pontos), mas não se pode dizer que tenha sido inexpressiva. Em termos absolutos, o partido perdeu 44 deputados federais na região desde 1986, e 32 desde 1998. Em 2010, elegeu apenas 15 deputados no Nordeste. Quanto aos deputados estaduais, a redução foi de 29,2 pontos (base 1986), ou 106 deputados, e 13,5 pontos (base 1998), o que equivale a 46 deputados. A Bahia concentrou o maior número de deputados federais pefelistas migrantes. Foram seis na legislatura 2003 e outros cinco entre 2007 e 2009. Em segundo lugar, ficou o Maranhão. Em termos regionais, o Nordeste contribuiu com o maior número de dissidentes: 27, sendo 20 na legislatura 2003 e 7 na legislatura de 2007. Sudeste e Norte ficaram em segundo e terceiro lugar, com 10 e 9 deputados, respectivamente. Porém, ponderando o número de deputados migrantes pelo de deputados eleitos em cada estado e região, a Bahia e o Nordeste perdem a liderança. Em alguns estados – Ceará (2003), Paraíba (2003 e 2007) e Rondônia (2003), a taxa de transferência para outros partidos foi de 100%. Isto é, a bancada estadual pefelista reduziu-se a zero. Porém foram estados em que o PFL elegeu no máximo 2 deputados. Em termos regionais, a taxa de migração foi maior no Norte e no Sudeste, na legislatura 2003, e no Nordeste, na legislatura 2007.

Para Schwartzman (1982), essa político-dependência dos partidos em relação ao governo é

apresentada como um fenômeno mais forte em certas regiões do país. Para o autor, seria um desdobramento do débil desenvolvimento econômico dessas regiões e das características históricas das relações entre o mercado e o Estado desenvolvidas. O que podemos ver é que justamente nas regiões que aconteceu o maior número de migrações partidárias a política predominante seria do tipo de “cooptação” e não de “representação”, a qual estaria mais presente apenas em São Paulo. O que a análise histórica sugere é que as elites regionais no Centro, Nordeste e, em certa medida, no Sul do país, tendem historicamente a se preocupar menos com a representação de seus interesses no centro político nacional do que com o seu acesso a posições de poder e prestígio em um regime político centralizado. Os esforços eventuais de autonomia local tendem geralmente a ser facilmente ou cooptados pelo centro, ou suprimido pelas elites locais com o apoio do governo central. Ainda de acordo com o autor, esse seria um regime político baseado na centralização do poder e cooptação de setores mais ativos tende à excessiva burocratização e à política de distribuição de recursos entre clientelas eleitorais. (1982, p. 158)

O PFL-DEM amargou um esvaziamento político progressivo na medida em que deixou de ser governo. Some-se a isso o troca-troca partidário. Cinquenta deputados federais deixaram o PFL-DEM desde 2003. Trinta e nove abandonaram o partido na legislatura 2003-2006 e outros 11 na legislatura 2007-2010⁶.

Entre esses não estão incluídos três deputados que entraram e saíram do partido durante a legislatura de 2003 e outros quatro que fizeram o mesmo na legislatura de 2007. O chamado “troca-troca” partidário costuma ser apresentado na literatura como um indício da precariedade do sistema partidário brasileiro (MELO 2004, LAMOUNIER 2005). Evidenciaria a falta de identidade dos partidos brasileiros que, de modo geral, seriam carentes de feições programáticas e ideológicas próprias, tornando-se pouco distintos entre si, além de incapazes de gerar identidades sólidas com o eleitorado (KINZO, 2005). Tais características enfraqueceriam os elos entre os partidos e os políticos a eles filiados. O sistema de eleição proporcional com lista aberta e voto uninominal utilizado no Brasil também contribuiria para debilitar a fidelidade dos políticos aos partidos que o elegeram.(MAINWARING 1999, 179-221, AMES 1995)

Paradoxalmente, a lógica que conserva os partidos cartel coesos, ou seja, sua relação estreita com o Estado, passou a ser um elemento desintegrador ao PFL. Agripino Maia rechaçou a possibilidade em 2001 do PFL obter mais um ministério, caso ficasse sem a presidência da Câmara ou do Senado, segundo ele: “O drama é que a compensação fisiológica é horrível para nós, porque põe a perder todo o trabalho dos últimos anos, para melhorar a imagem do partido perante a opinião pública” (Ferreira, 2001: 63).

⁶ Fonte: Cebrarp

A preocupação tem sentido uma vez que o esvaziamento ocorre de forma progressiva e visível. Com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral, no estudo de Ricardo Luiz Mendes Ribeiro e de Eduardo Alves Lazzari, a tabela a seguir mostra o que ocorreu com o PFL nas eleições de 2002 e 2006.

	Deputados Estaduais				Governadores				Deputados Federais				Senadores			
	2002	2006	2010	V.*	2002	2006	2010	V.	2002	2006	2010	V.	2002	2006	2010	V.
PFL	11,5	11,1	7,42	-4	14,8	3,7	3,7	-11,1	16,4	12,7	5,4	-11	25,9	22,2	4,9	-21
PT	13,9	11,9	14,5	0,6	11,1	18,5	18,5	7,4	17,7	16,2	17,1	-0,6	18,5	7,4	18,5	0
PMDB	12,5	15,5	14,3	1,8	18,5	25,9	18,5	0	14,4	17,3	15,3	0,9	16,7	14,8	19,7	3
PSDB	13,1	14,4	12	-1,1	25,9	22,2	29,6	3,7	13,8	12,9	10,3	-3,5	14,8	18,5	14,8	0

Fig 4: Fontes: TSE, RIBEIRO (2011), Lazzari (2013)

Para Panebianco diz Panebianco não é possível que o comportamento de um partido político seja explicado isoladamente. Para ele, normalmente isso se deve à escolhas da elite partidária ou ainda um ambiente hostil para com o partido que impossibilita que ele altere sua inserção no sistema partidário. O ambiente hostil, no caso do DEM, seria claramente essa chegada à oposição.

Ideologicamente, no entanto, o DEM não teve grandes mudanças em relação ao PFL. Em seu ideário, ainda há defesa pela liberdade e a ausência do Estado na economia. Porém, a tentativa de mudar de nome e de imagem não deu certo. O partido não conseguiu sobreviver sem o beneficiamento do Estado. As brigas internas, que antes eram mantidas dentro do partido, passaram a ser públicas, como as disputas para liderança do partido.

Uma das maiores brigas e que provocou um racha definitivo no partido, foi em 2010, quando Paulo Bornhausen (SC) deixou claro que seu candidato à líder no DEM era Eduardo Sciarra (PR) e não ACM Neto (BA). Na ocasião, o primeiro nome de Bornhausen era o deputado mineiro Marcos Montes, que retirou sua candidatura por afirmar que ACM Neto colocava em risco “o projeto das oposições”⁷. ACM Neto levou a liderança e os descontentes uniram-se à Gilberto Kassab, no ano seguinte, na formação do PSD.

Em 2011, com o surgimento do PSD (Partido Social Democrático) o DEM sofre um de seus maiores golpes políticos. A ala liderada pelo então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, deixou o DEM e procurou uma aproximação com o governo federal. Revivendo uma história antiga, o novo partido busca garantir recursos no organismo estatal com um alinhamento com o governo federal deixando à mostra um governismo ainda mais aparente do que o praticado pelo PFL/DEM em seus primeiros anos, pois o PSD se alinha com os partidos nos mais

⁷ Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1090275>> Acesso em: 6 jul 2014

variados campos ideológicos e não busca estabelecer uma identidade própria. Nas eleições de 2014, o PSD oficializou seu apoio ao PT, e o DEM, ao PSDB, tendo o senador Agripino Maia como coordenador financeiro de campanha. As eleições deste ano podem ser a última chance do DEM reagir.

6. Considerações Finais

O declínio do Democratas e sua transformação de partido grande para médio no cenário brasileiro está presente desde sua origem. O partido como bem demonstrou o trabalho de Tarouco (1999) tinha no governismo a sua principal marca e por causa dessa orientação não buscou construir outros canais de atuação que suprissem a falta de recursos estatais caso o partido não tivesse mais acesso a eles diretamente.

O anúncio de que o PFL mudaria de nome não foi recebido pela imprensa política nacional. O pessimismo era justificado pelo fato de que o país já havia assistido a um partido em crise optar pela mudança de nome, como se isso, num passe de mágica, pudesse resolver as dificuldades da legenda. Tal estratégia foi especialmente usual na trajetória do atual PP, com quem o PFL partilha uma raiz histórica comum.

Some-se a essa “crônica de uma tragédia anunciada” a morte do coronel Antônio Carlos Magalhães dois meses após a refundação do partido e a saída de Jorge Bornhausen, o maior legitimador do processo de refundação, o surgimento do PSD. O projeto político articulado por Gilberto Kassab, prefeito de São Paulo e, até o final de 2010, o demista de maior visibilidade no país, foi o que faltava para retirar o DEM do grupo de principais partidos do país. O PSD atraiu 19 deputados federais do DEM, praticamente metade da bancada eleita em 2010, uma senadora (Kátia Abreu – TO), um dos dois governadores demistas (Raimundo Colombo – SC), um vice-governador (Guilherme Afif Domingos – SP) e dezenas de deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Enquanto partido membro do governo (1985-2002), o PFL usufruiu do Estado para se manter coeso e satisfazer seus integrantes. Ao passar para a oposição, o partido se desestabilizou e sua elite não foi capaz de atender aos interesses políticos de seus membros. O enfraquecimento na região nordeste e a migração partidária não colaboraram. As eleições de 2014 parecem ser a última chance de um partido que já foi uma das maiores forças políticas nacionais.

Referências Bibliográficas

AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

CARREIRÃO, Yan de Souza. KINZO, Maria D. Partidos políticos, preferencia partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). Rio de Janeiro/ RJ. Revista Dados- vol. 47, n1 , 2004, pp-131-200.

CANTANHÊDE. Eliane (2001). O PFL . Publifolha.

DUVERGER, Maurice (1970). Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro: Zahar.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy. *Party Politics*. v. 1. n. 1., 1995.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Cadre, catch-all or cartel? a rejoinder. *Party Politics*. v.2. n. 4., 1996.

KINZO, Maria D'alva. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em perspectiva*, vol. 15, nº 4, 2001, p. 3-12.

.....“Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 57, p.65-81, 2005.

..... Governabilidade, estrutura institucional e processo decisório no Brasil. *Parcerias Estratégicas*, vol. 1, nº 3, 1997, p. 19-37.

LAMOUNIER, Bolívar (2005). *Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira* . São Paulo, Augurium Editora.

----- . *Perspectivas da consolidação democrática: o caso brasileiro*. RBCS-*Revista Brasileira de Ciências Sociais*., v.2, n.4, p. 43-64, 1987.

..... Brasil: rumo ao parlamentarismo? In: LAMOUNIER, Bolivar (Org.) *A opção parlamentarista*. São Paulo: Sumaré, 1991.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina C. *Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994*. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 38, p. 497-543, 1995.

_____. *Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo*. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 48, n. 4, p.737-776, dez. 2005.

LAZZARI, Eduardo Alves. “Do PFL ao PSD:Um modelo referencial para o sistema partidário brasileiro”. Trabalho final de Pesquisa de Iniciação Científica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo-SP. Ed. Martin Claret, 2004.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy (Ed.). *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

..... MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

MARENCO, André. *Quando trocar de partido pode não ser um bom negócio: migrações na Câmara Federal, 1987-2002*.

MILL, John Stuart. *Considerações sobre o governo representativo*. Brasília. Ed. UNB, 1981.

NICOLAU, Jairo (2010). *Dados Eleitorais do Brasil (1986-06)*, in <http://jaironicolau.iesp.uerj.br/banco2004.html> .

NICOLAU, Jairo; SCHMITT, Rogério. *Sistema eleitoral e sistema partidário*. *Lua Nova*, n.36, p. 129-147, 1995

PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de partido- organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo-SP. Ed. Martins Fontes, 2005.

RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. "A decadência longe do Poder: A refundação e Crise do PFL". 113 f. Tese de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PFL (2007), "Refundação do Partido da Frente Liberal", mimeo.